

ENSAIO ENTRE MÉTODO E RESULTADO: PROJETO COMO MEIO, NO MEIO DO CONFLITO URBANO (ST 10)

FABIANO JR., Antonio Aparecido

Fau Mackenzie/Fau Usp | antoniofabianojr@gmail.com

Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: O artigo parte de dois pontos chaves – 1. a relação do papel do Estado e seu imbricamento entre mercados e políticas públicas e 2. a violência como problemática estruturante da urbanização – para discutir bases de investigação e desenvolvimento de método de projeto urbano e arquitetônico, a partir da experiência do conflito, para que questões possam ser levantadas, na tentativa de construir outros debates que coloquem em pauta ações emancipatórias na produção do espaço. Através do estudo sobre o Fórum Mundaréu da Luz, Campos Elíseos, SP, o texto discute agenciamentos urbanos e seus mecanismos que constroem práticas urbanas que lutam pela possibilidade de acesso a direitos na cidade, à revelia do avanço da mercantilização do espaço, para a identificação e possível formulação de práticas insurgentes. Encaminha-se, tendo como objeto, o entrelaçamento entre projeto e luta social, para a identificação de transversalidades nas territorialidades urbanas, como instrumento de ação política propositiva pelos modos de ser, produzir, viver, habitar e reproduzir a cidade.

Palavras-chave: conflitos urbanos; paisagem para vida; sentido para o projeto; Campos Elíseos; Fórum Mundaréu da Luz

ESSAY BETWEEN METHOD AND RESULT: PROJECT AS A MEANS, IN THE MIDDLE OF URBAN CONFLICT

Abstract: *The article starts from two key points – 1. the relationship between the role of the State and its overlap between markets and public policies and 2. violence as a structuring problem of urbanization – to discuss bases for research and development of urban and architectural design methods, from the experience of the conflict, so that questions can be raised, in an attempt to build other debates that put emancipatory actions in the production of space on the agenda. Through the study of the Forum Mundaréu da Luz, Campos Elíseos, SP, the text discusses urban agencies and their mechanisms that build urban practices that fight for the possibility of access to rights in the city, despite the advance of the commodification of space, for the identification and possible formulation of insurgent practices. It aims, with its object, the intertwining between project and social struggle, towards the identification of transversalities in urban territorialities, as an instrument of purposeful political action for the ways of being, producing, living, inhabiting and reproducing the city.*

Keywords: *urban conflicts; landscape for life; meaning for the project; Elysian Fields; Mundaréu da Luz Forum*

ENSAYO ENTRE MÉTODO Y RESULTADO: EL PROYECTO COMO MEDIO, EN MEDIO DEL CONFLICTO URBANO

Resumen: *El artículo parte de dos puntos clave – 1. la relación entre el papel del Estado y su superposición entre mercados y políticas públicas y 2. la violencia como problema estructurante de la urbanización – para discutir bases para la investigación y el desarrollo de métodos de diseño urbano y arquitectónico, desde la experiencia del conflicto, para que se puedan plantear interrogantes, en un intento de construir otros debates que pongan en agenda acciones emancipadoras en la producción de espacio. A través del estudio del Foro Mundaréu da Luz, Campos Elíseos, SP, el texto discute agencias urbanas y sus mecanismos que construyen prácticas urbanas que luchan por la posibilidad de acceso a derechos en la ciudad, a pesar del avance de la mercantilización del espacio, por la identificación y posible formulación de prácticas insurgentes. Pretende, con su objeto, el entrelazamiento entre proyecto y lucha social, hacia la identificación de transversalidades en las territorialidades urbanas, como instrumento de acción política propositiva para los modos de ser, producir, vivir, habitar y reproducir la ciudad.*

Palabras clave: *conflictos urbanos; paisaje para la vida; significado para el proyecto; Campos Elíseos; Foro de Mundaréu da Luz*

INTRODUÇÃO

A necessidade da Arquitetura e do Urbanismo encarar de frente os complexos problemas urbanos e suas amarrações e cruzamentos de ações entre desastre, produção e reação – colocados aqui como categoria estruturante na leitura e construção dos processos de urbanização no século 21 – é tomada, pelo texto ora apresentado, como método de análise e como campo metodológico de construção de estratégias projetuais, na discussão sobre a busca por sentidos na fazedura de projetos e, por consequência, sobre o papel do projeto de Arquitetura e Urbano no tempo-espaço atual.

Tal enfrentamento colabora para que nossa disciplina, como instrumento de contribuição de alguma condução de pensar e repensar as transformações de mundo(s) – a partir das coisas imaginadas e construídas, sem restringir-se somente a elas –, se aproxime a uma noção de domínio da constituição do habitar antiurbano e anti-humano. Domínio que constrói e destrói o presente, no sentido do enfrentamento pelo despertar de consciência em nosso fazer projetual para que, dele, possa vir (alguma) contribuição de força para o desenho de caminho de lutas futuras para a emancipação social – presente, inclusive, no movimento das contradições da produção do espaço.

Nosso lugar, neste sentido e enquanto arquitetos e arquitetas urbanistas, pode se ancorar em possibilidades de promoção de radicalidade na busca por quebra de paradigmas – não uma substituição de um novo paradigma, mas a construção de paradigmas outros, como defente, entre tantos outros Mignolo (2003) – sem deixar de reconhecer a necessidade de procurar ações de mediação e amparo, mesmo que em casos pontuais e episódicos, mas com vistas de ampliação sistêmica e sistemática no vislumbre do ganho de possíveis extensões pós elaborações tensionais, de reprodução e formulação de paisagens de e para a vida.

Vemos historicamente e sentimos empiricamente, tanto enquanto habitantes dos espaços urbanos quanto como arquitetos e arquitetas urbanistas que pensam criticamente sobre projeções espaciais futuras –, que o papel da Arquitetura e do Urbanismo, quando distanciado das estruturas sociais, se coloca e é utilizado como um dos inúmeros instrumentos da condução das crises contemporâneas, fundamentais na produção e reprodução atual das cidades e suas novas fronteiras da invenção de mercados, via produção do espaço.

A época em que vivemos não nos possibilita a ilusão de colocar o fazer projetual, cada vez mais instrumentalizado em ações e conduções mercantis – em seu aparato de desenvolvimento profissional e na formação de novos profissionais –, dentro do espectro da nossa disciplina, em algum lugar de genuína influência isolada de mudanças coletivas no mundo, como em altos e antigos tempos, onde se apostava em uma mudança significativa e estrutural, via traços de uma pretensa erudição.

No Brasil a configuração dos ideais de modernidade – tanto encontrados na arquitetura quanto nas cidades – se deu pela forma sem rupturas com o passado, formado pela tríade

escravidão, mandonismo e patrimonialismo, que resultaram em práticas vigentes estruturadas no racismo, na corrupção, na desigualdade social, na violência e na intolerância, como descreve Lilia Schwarcz (2019). Assim, o moderno se firmou historicamente no campo das representações, ainda que estruturalmente essa modernidade não tenha inteiramente se realizado na produção da vida material e nas relações sociais, ocasionando o que Martins (2000) denominou de modernidade capenga, Otilia Arantes (2021) anunciou, em análise via Brasília, como incompleta e os tempos atuais nos apresentam, via Krenak, como catastróficas (2019, 2020, 2022).

É a partir deste recorte – o de busca de outro sentido para o fazer projetual (propositivo e também formativo) –, entre os tempos de vida e os espaços urbanos (Lefebvre, 2009), que se reconhece que se pode emergir uma ideia de invenção do projeto – de Arquitetura e Urbano – como expressão de resistências, reivindicações e possibilidades outras de apropriação do tempo, do espaço e do desejo, como uma retomada ao recorte inicialmente posto por aqui.

O projeto assim pensado, julga-se e espera-se reafirmar possibilidades mais igualitárias da transformação social, por meio da conformação (com-forma-ação) da importância da alteridade, dos sujeitos coletivos e do acontecimento como horizontes da imaginação do futuro. Assim, sentar-se junto (metodologicamente, em diálogo) à Lefebvre, na busca por construções de hipóteses que permitem pensar e repensar o lugar do projeto de Arquitetura e Urbano como instrumento de direito à vida, a partir de uma mudança de imaginário, significa entender as relações entre as grandes questões gerais e, por isso, abstratas, e as particulares, encontradas no reconhecimento do cotidiano concreto, estruturado por vontades, anseios, movimentos, transformações e relações sociais aproximadas com as pessoas múltiplas que vivem e fazem a cidade.

O artigo persente parte de um sentido crítico sobre o pensar e fazer do projeto arquitetônico e urbano, se conduzido por diferentes formas de organização política do seu campo disciplinar. Isso porque os desejos amplos de reconhecer a prática do projeto, como lugar-tempo significativo na produção do espaço, devem reconhecer que, mesmo que sua finalidade seja a intervenção e consequente transformação dos espaços habitados, a prática projetual não se configura mais (se é que algum dia assim o fez) sozinha.

Isto nos coloca a perspectiva de lê-la, reconhecê-la e compreendê-la tanto como objeto quanto como objetivo, pois nela localizamos um campo de construção propositivo como ferramenta que pode se atrelar a uma desejada mudança de algum paradigma disciplinar, cujos embates da produção do espaço decorrente se relacionam às formas múltiplas de vivência. Posicioná-la como objeto – colocado aqui como campo de espacialidades produzidas, materiais e/ou imateriais –, nos traz, junto, a um objetivo: a própria ideia de pensar como propor, consumir, usufruir, assumir, construir e destruir cidades. Ou seja, a busca pela construção de procedimentos metodológicos próprios do fazer projetual não devem morrer nela mesma, para aferir possibilidade que ela, a arquitetura e a cidade, enquanto objeto e artefato espacial, (ainda) exista.

Se viver é um estado forma(ta)do entre espoliações e expulsões urbanas de constante violência, a primeira pergunta que se coloca e que também nos colocamos, é como esta estrutura de mundo nos dá subsídios para, ao mesmo tempo, elencar possibilidade de leitura e, como eixo condutor metodológico, repensarmos práticas sobre o nosso modo propositivo, suprimindo a falta de direitos mínimos de vivência urbana como ferramenta para barrar a barbárie social.

Adotamos, como premissa, que as maneiras de conceber a política de emancipação social – e reconhece-se, como falado acima, que a disciplina projetual poderia contribuir com esta busca – está atrelada a como diagnosticamos, interpretamos e produzimos o papel atribuído à própria ideia da fazedura de projetos. Procurar estratégias de ação e formas de construção que tramam – concreta e conceitualmente – uma operação de luta social que questiona os repertórios tradicionais do nosso fazer propositivo, em busca da contribuição da transformação social, faz com que pensemos quem faz e para quem se faz os projetos arquitetônicos e urbanos.

Este jogo de tempo entre uma revisão passada dos processos urbanos – que eclodiram na violência atual como ação estrutural da vida e na organização social – indicado como chave de inversão analítica, segundo Lefebvre, faz com que as ações do presente expliquem o passado e, dialeticamente, reconhece que a disputa de um futuro faz com que também esmaguemos o presente, retirando dele – e da cotidianidade múltipla que o constrói – o próprio território de luta de (sobre)vida.

É um ciclo que se alimenta por todos os lados: a formação de um devir e a luta pela urgência em sobreviver se colam e se comprimem para, juntas, barrar qualquer meio de reação popular, em reparação histórica (passado), em ações de vida, na vida (presente) e em devires e confabulações possíveis (futuro). Futuro este não como uma ideia de felicidade e esperança que, como produto do capitalismo e objeto de consumo garantido por mais consumo de tempo, se apresenta “enquanto um espaço de espera necessária por retornos e acumulação do capital” (Jameson, 2001, p. 200), como um capital fictício que “designa todos os ativos financeiros cujo valor repousa sobre a capitalização de um fluxo de rendas futuras, que não têm nenhuma contrapartida no capital industrial efetivo” (Chesnais, 2006, p. 41 *apud* Marques; Nakatani, 2008, p. 13-14), mas um futuro como espaço de práticas de imaginação.

Este possível desenho de tempo, reconhecido pelo trabalho presente como projeto, tenta desinventá-lo como ‘conceito’ de futuro, sem desviar das contradições e, por consequência, dos conflitos inerentes dos tempos, e também se coloca como meio e não como fim – ou seja, como método – para questionar os atributos da felicidade e da esperança como um ativo político, onde a sensação de um não-futuro tem, neste sentido, efeito subjetivo a uma ideia de invenção de passados para os quais seria possível retornar e lutar.

MÉTODO COMO RESULTADO

DO CAMPO CEGO À LUZ DO FIM DO TÚNEL

Se temos como busca a construção de possibilidade de estratégias projetuais – por meio de identificação, experimentação e formulação de método –, como campo de análise e campo projetual, elenca-se, para seu debruçamento, um objeto efetivo central para que, com um olhar aproximado – por dentro, de dentro – possa-se pensar em algo praticado: a experiência propositiva, em curso, do Fórum Mundaréu da Luz para a região dos Campos Elíseos, SP.

A experiência, apresenta-se, dentro e a partir do ato, como uma redefinição de uma prática social em transformação, não reduzida ao momento de criação do reconhecimento do valor da escuta ou somente na ação da escuta, mas, como ação política permanente de uma coletividade, no entendimento da práxis política como pressuposto e fundamento, como apontava Rancière (2005). Isso porque ela estrutura também outras formas no campo do debate e da disputa da construção de pensar, repensar e recontar o passado e o presente, no vislumbamento de um dever de reconstrução urgente do, sobre e no urbano, se colocando como um exercício de reparo – não apenas na reparação do significado das coisas, mas na reparação do que foi perdido, dilacerado e muitas vezes sequer imaginado –, entre o embate de muita cegueira e alguma nesga de lucidez.

Se é necessário, portanto, refletir sobre a produção do espaço e a produção do tempo, não exatamente sobre a produção de objetos, embora o mundo da mercadoria objetifique a tudo e a (quase) todos, há que se reconhecer que, se matéria é movimento e, assim, transformação, o entrecruzamento entre produção, tempo e objetos remete à vida cotidiana e, neste sentido, gera, conduz e redefine relações sociais. Tais redefinições nos coloca defronte à, senão a elucidação (e a uma ideia de campo lúcido), ao menos ao reconhecimento de costuras (como uma aproximação de quais campos cegos) entre formas de acomodação de interesses de classe, arranjos institucionais, dinâmicas econômico-financeiras, produção do espaço imaterial e material, mas também a movimentos de resistências, lutas e, neste sentido, à produção de subjetividade política.

Estamos em um complexo jogo de claro-escuro, que tão bem nos colocou Saramago nos duplos ensaios, entre a cegueira (1995) e a lucidez (2004), onde se enxerga/reconhece a passagem do tempo por meio da luta crua de tudo contra todos, em uma espécie de trânsito na transformação social, de salvo conduto para um salve-se quem puder e como conseguir, à mordaz crítica às instituições do poder político, ao penetrar em impasses contemporâneos, em vetores violentos de natureza autoritária regidos novamente por interesses particulares, que não só mais se plasmam com o poder financeiro, mas mostram-se como sendo a mesma face de cruel moeda. História que se repete – e quando há reiteração, há intenção –, a “primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” como diria Marx e Engels (Marx; Engels, 2015, p. 203). Farsa que, reiteradas vezes, nos faz acreditar que a luz do fim do túnel, na verdade, está mais próxima a um beco sem saída.

A tensão da violação de direitos como relações sociais que permeiam o cotidiano como uma conquista por e para todos, está em todos os lugares, mesmo que não encontrada exatamente da mesma forma. Tal violação, nestas múltiplas escalas e formas, se conforma na produção das territorialidades urbanas, espalhada por todos os espaços, como formas de circulação que tangem variadas escadas de atuação, da pequena à grande, renovando a situação de conflito, como campo de agenciamento sociourbano e de práticas sociais. A destruição é uma enorme construção política e as cidades um excelente ativo para sua efetivação.

Nos posicionarmos de frente a estes complexos e contraditórios processos ampliados de produção das espacialidades urbanas, nos coloca, como perspectiva, a investigação e promoção da reflexão crítica acerca da experiência do conflito urbano como método de pensar projeto, uma vez que é no conflito que se realiza a política como ação coletiva no espaço público (Vainer, 2011).

Apostar no conflito, mediado pelas instâncias de diálogo do projeto como modo de operação de interpretar o mundo para, por imaginação de um devir, transformá-lo (Marx, 1994), nos aproxima à tríade lefebvriana, em momentos da realização das formas predominantes de pensamento, inclusive, da Arquitetura e do Urbanismo, onde o concebido é reconhecido na contribuição para a expansão das fronteiras de uma ideia de planejamento, notadamente quando este está preso às estruturas formais das pre-suposições das políticas públicas setoriais; o vivido, se encontra na prática social do conflito, com estratégias que desviem das reivindicações consagradas e já amalgamadas à reprodução do capital por meio da produção do espaço; e o percebido, nas novas formas de organização social e de reprodução da vida, que podem-poderão produzir seu espaço e seu cotidiano (Lefebvre, 1974).

Reconhecer a vida em conflito, tensionada pela produção do espaço e aberta à luta democrática e, assim, às disputas, coloca, como pressuposto, a experiência cotidiana e urbana, que se realiza na contradição entre os múltiplos agentes e os embates entre as estratégias espaciais concomitantes da reprodução da vida e da reprodução do capital, como fagulha de pensar o papel contemporâneo do projeto também como corpo de experiência da vida urbana.

Destaca-se, portanto, o conflito como lugar significativo de método para a formulação de atuação do projeto de arquitetura no urbano, como urbano, em quatro instâncias estratégicas para seu desenvolvimento – aproximação, análise, proposição e realização –, a partir da produção do espaço, dos agentes e das contraditórias estratégias espaciais entre a reprodução da vida e a reprodução do capital, pois reconhece-se nele possibilidade de pensar projeto vinculado com a dimensão pública e complexa da vida, em torno da luta pelos usos e modos de acesso a esses espaços, que promove condições para que a vida se viabilize. Projeto tanto como ação de pensar as transformações de mundo quanto quais as contas/práticas e movimentações para que ele aconteça, como aconteça e para quem ele (deve) acontecer.

Este duplo movimento – de reconhecimento e revelação de vínculos com o enfrentamento da dimensão pública da vida no espaço urbano, reconhecendo nela condicionantes de existência que as formulem e para além delas, como bases para formulação – coloca o projeto, operado pelo conflito, como alimentação e como alimentador na busca do próprio papel do projeto de arquitetura e urbano que enfrenta, em diálogo e contraposição, as contradições urbanas.

A ação de alimentação está na fomentação de dados novos para o entendimento das questões vigentes da urbanização, onde relações operam, ao mesmo tempo, em campo atravessado por instâncias conhecidas pela indeterminação de movimentos entre mecanismos formais e informais, de modos outros de regulação e mediação das relações e dos conflitos, mas que, a partir das especificidades da vida cotidiana e dos territórios que as constituem, pode contribuir com a formulação de estratégias de atuação.

A ação de alimentador se dá no direcionamento da refazenda de bases da construção de resistência, pela própria constituição do direito à cidade como ato urgentemente necessário e como ação do futuro no presente, em investigações de campos outros de reconhecimento e leituras para o papel de algo novo que surge em territórios de enorme conflito: a presença do projeto e seu arcabouço de desejo, organização social, desenvolvimento, construção dos objetos que o constitui e operações de uso, como campo de afloramento das dimensões conflituosas, ambivalentes e multifacetadas inscritas na própria produção – negociada, disputada e agenciada – da ordem social.

Dizer que o conflito é método nos faz pensar o conflito – no entendimento do conflito urbano como condição e produto da reprodução do modo de produção do espaço experimentado na vida cotidiana – como lugar-tempo significativo na produção do espaço, mais uma vez, em objeto e em objetivo, concomitantemente, por reconhecer este campo de construção como ferramenta que pode se atrelar a uma desejada emancipação social, cujos embates da produção do espaço decorrente se relacionam às formas de vivência.

É nesta instância de poder – reconhecendo o projeto de arquitetura e urbano como instrumento de possível vislumbre de construção e fomento de alternativas, no campo das ações propositivas concretas do espaço, atreladas e reconhecidas como estratégias de luta para a mediação e construção de nova pactuação e justiça social – que pensar projeto em um mundo em crise se estrutura pela dialética entre o pensamento abstrato e a concretude das ações práticas. Ou seja, a partir de um olhar reflexivo sobre o contexto e as complexidades do mundo e sobre a própria práxis do projeto, na constatação que o mundo adentra, passa e altera tanto o objeto proposto (objeto colocado aqui como campo de espacialidades produzidas, materiais e/ou imateriais e que, por conta de sua existência, traz, consigo movimento e, assim, transformação, por meio de seus usos, sua gestão e suas apropriações), quanto o fazer deste objeto – o próprio projeto.

Pensar o projeto enquanto meio, na perspectiva de alcance e ampliação de terreno de luta por justiça, no reconhecimento dele como instrumento para uma justiça espacial, atrelado a uma

ideia de terreno político chave da luta social (Miraftab, 2016), o coloca em direção a ferramenta de organização necessariamente popular, ou seja de classe, capaz de contribuir para a construção de pequenos, porém contínuos, movimentos desejados de resposta reativa, pensados à margem da lógica proprietária capitalista, em um trânsito de transbordamento contra fronteiras e para além delas se, e somente se, junto a ele, vier práticas de formação política dos sujeitos envolvidos.

Visa-se e trabalha-se o projeto como meio e, portanto, processo e formação – constituído por características coletivas e, por isso, afetivas, simbólicas, de pertencimento, discordância, confronto e vivências, não isolado entre as partes e não somente pousado no todo, agindo e conformando objetualmente na e a construção socioespacial – e não como fim.

Sabe-se que, para discutir o direito ao espaço e à cidade como hipótese de pesquisa, como pontua Lefebvre (2009), ancorado na perspectiva de que o direito à cidade só vai se realizar como uma utopia de transformação radical da sociedade, colocado para além de uma ideologia assentada no urbanismo e no planejamento urbano, é preciso que dois pontos-chaves sejam postos como apostas a serem discutidas ou ao menos tensionadas:

(i) a necessidade de reformular perguntas, que não se limitem a se circunscrever em respostas dadas por ações de transformação de contextos urbanos amparados em modelos gerais reformistas, mas sobre a experimentação crítica de estratégias de projeto e sobre formas de como as cidades são produzidas, em busca pela construção do sentido de pensar as cidades e a sociedade vinculadas à bases de sentidos sociais e

(ii) a construção dos sujeitos e sujeitas políticos sensíveis à dimensão espacial e modos múltiplos de organizações da vida (Paoli, 2023). É esta sensibilidade, no campo da vivência urbana que, como uma unidade diferenciada, a partir das experiências e expropriações concretas, pode vir a constituir uma luta de classe socioespacial (Petrella, 2023).

A escolha da experiência do Fórum Mundaréu da Luz é dada por dois essenciais e estruturais motivos. O primeiro é que, desde 2017, o trabalho do Fórum propõe investigar aproximações de hipótese projetual – urbanas e arquitetônicas – com vistas na ampliação de repertório para se pensar políticas públicas de ações de melhorias urbanas, no que se refere a desejada promoção de bem estar em territórios populares, tendo por base processos de aproximação aos tempos de ocupação, modos de vida, usos e apropriações do espaço público, participações institucionais, violências do Estado, espoliações e expulsões urbanas inerentes aos processos de reestruturação socioespacial atrelados ao capital, abertura de novos mercados (assim como são novos os arranjos entre estes mercados), formas de controle e repressão na gestão dos espaços urbanos e ações insurgentes de múltiplos coletivos que atuam no território; território este que se configura como um enorme campo aberto de experimentações violentas de controle territorial.

Se a essencialidade desta escolha se dá pelos arranjos experimentais de prospecção de atuação, com perspectiva e entendimento de construção de metodologia no campo do fazer

projetual, o motivo estrutural vem porque este recorte espacial – um dos casos mais radicais de processos de renovação urbana em cidades brasileiras contemporâneas, resultante de seguidas tentativas de sua reestruturação espacial a partir da década de 1970, estudada, mapeada e revelada por diversos trabalhos (José, 2010; Coelho, 2010; Souza, 2011; Gatti, 2015; Magalhães, 2012; Rolnik, 2018; Petrella, 2023) – nos coloca de frente a um estiramento da realidade, cuja luta pela sobrevivência é o maior projeto que pode acontecer. É reconhecido que a região dos Campos Elíseos absorve diversos e múltiplos ataques, violações e violências, realizados de modo escancarado, intensificado pela presença do Estado e por processos de produção e reprodução do espaço ancorados na violência como prática de urbanização, ambos sem preocupação com a dignidade humana.

O segundo motivo se dá pela essência da formação dos agentes que compõe o Fórum, constituído por equipe transdisciplinar composta por diversos grupos, coletivos e instituições atuantes na região, como universidades, companhias e coletivos culturais, ONGs, associações e movimentos organizados com atuação em políticas urbanas e de assistência social, núcleos especializados, moradores e comerciantes da região.

A experiência do Fórum, que encara os problemas urbanos que se multiplicam e se potencializam – na medida que os dispositivos de poder que os regem se confundem com suas formas de vida e circunstâncias – nos coloca, como desafio, a aproximação de lógicas de tempo e intervenções múltiplas no espaço, em direção a importante instrumentalização da população na disputa diária pela permanência nos espaços dos direitos.

As múltiplas e plurais conformações coletivas, atreladas as práticas que pensam o método tanto como processo quanto como resultado de construção do fazer projetual, provenientes de outros meios propositivos, mas sempre em entrelaçamento com as lutas cotidianas urbanas, podem nos fornecer outros modos de pensar e produzir objetos que transformam e retransformam as paisagens que nos envolvem e nos constroem.

Uma vez que se aposta no reconhecimento da ação projetual como instrumento de necessário comprometimento para a formulação de uma possível ideia de paisagem para a vida, almeja-se, em ação conjunta, três pontas do tempo: o reconhecimento, no presente, das ações que nos formou e, por isso também, nos conduz; as ações que nos fornece base para a compreensão e alteração das narrativas do passado e a prospecção de algum futuro para a construção dos tempos por algum devir de vida possível, onde as ideias e as práticas tornar-se-ão perigosas novamente. Perigo proveniente de um possível encontro entre o campo das ideias, da produção do espaço e da reprodução da vida, com vislumbre à construção de algum lugar e algum sentido para o fazer projetual, reverenciando uma sequência de pensadores, de Roberto Schwarz em seu texto 'As ideias fora do lugar' (2009) à Chico de Oliveira em fala de 1999, na banca de concurso em que Ermínia Maricato virou professora Titular da USP, e que culminou no texto 'As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias' escrito pela professora no ano seguinte (Maricato, 2000).

RESULTADO COMO MÉTODO

COMO ONDA E MATÉRIA: FORMULAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA LUZ NO CAMPO DO PROJETO

É possível refletir que os tempos, os espaços e as transformações dos objetos produzidos são regidos violentamente no plano da vida cotidiana. Violências dadas numa espécie de morfologia financeira/financeirizada dos negócios da urbanização, tencionando corpos decadentes, sendo eles corpos humanos e/ou territoriais – como um corpo do urbano, corpo no urbano –, na despossessão social do urbano e na violação de direitos (direito não entendido tanto como uma formulação de normas e regras encontrada tanto na forma-valor – abstração dos indivíduos e de seu trabalho – quanto na forma jurídica, mas como relações sociais que permeiam o cotidiano como uma conquista por e para todos). O poder está em determinar quais são os corpos disponíveis para a violação. Violação que acontece no e a partir do espaço.

Esta mercantilização do espaço e eliminação da vida são estimulados por múltiplos agentes – políticas de Estado, mercados corporativos, mercados de capitais e mercados ilegais (como milícias e facções cujos ideais de mundo estão longe de ser democráticos e/ou republicanos) –, muitas vezes correlacionados e que, por novas formas de arranjos, atrelamentos e relações, não se consegue sequer ser categorizados em lugares únicos e estanqueados. Uma vez que não se consegue categorizar – como um artifício de reconhecimento dos agentes e de suas práticas –, não se consegue, por consequência, mapear os próprios arranjos e conduções das práticas das violências urbanas. Temos, porém, uma pista de entrada neste reconhecimento: todos estes mercados têm, como ponto de contato (muitas vezes de partida), a estratégia de controle territorial, em regimes locais de monopólio da violência.

Trabalhar com territórios populares e, em especial nos Campos Elíseos, nos coloca, como desafio, a aproximação de lógicas de tempo e intervenções múltiplas no espaço, em direção a importante instrumentalização da população na disputa diária pela permanência nos espaços dos direitos. O projeto como meio, no campo da atuação, está no desenho do objeto e do objetivo de tais enfrentamentos, entendidos como subjetivação da política e como formas de sua manifestação, que inventam modos de ser, ver e dizer e visam na contribuição da promoção de arranjos e operações variadas, que, como objetivo-desejo desestabilizam e desmontam racionalidades que mantêm as visualidades, as legalidades e as audibilidades como práticas de condução e produção do espaço.

Tendo a necessidade de reformular perguntas sobre estratégias de projeto arquitetônico e urbano e sobre formas de como as cidades são pensadas, a busca pela construção do sentido de pensar as cidades, impõem aproximação a dois enfrentamentos teóricos com relação aos modelos de análise e proposição conhecidos, em função da especificidade exposta pelo atual fenômeno da urbanização. São eles:

1. a relação do papel do Estado e seu imbricamento com o mercado e das políticas públicas setoriais na/da urbanização e
2. a violência como problemática estruturante da urbanização.

Tais enfrentamentos teóricos serão apresentados, a seguir, como pontos de abrangência – colocados em formato de ampliado leque de inquietações – e como pontos de entendimento das justificativas de suas escolhas, frente aos seus papéis histórico-sociais na formação das atuais realidades brasileiras. Seus desenhos de raciocínio têm, como intenção, localizar o estado da arte das questões do espaço público dos direitos que nos formou, como se fossem eternas e nunca possíveis de serem alteradas, como resultados de dados imutáveis da ‘natureza’ de nosso país – ‘porque é assim que é’ – e que ainda dão as caras, as cartas e regem os poderes e ações de construção por aqui. Esta necessária re-visão, vinda de um sentido de que ‘nada é certo, mas tudo está resolvido’, apresenta-se cada vez mais fundamental como ação que reconhece a importância da disputa neste campo de batalha.

São as voltas necessárias para que conceitos passados sejam repassados, reconhecendo sua formação por mazelas de uma independência inconclusa e é nela que podemos buscar sentido, no entendimento do projeto como objeto de ação e disputa política do qual temos que, cotidianamente como um compromisso, lutar. É, neste sentido, uma pequena amostragem histórica da experiência que tangencia os Campos Elíseos – não linear e não regular –, como um exercício de aproximação, para que nela possa se reconhecer campos de pequenas inflexões para movimentos de novas proposições.

Estes pontos teóricos são base de aproximação e campo de formulação da experiência de projeto do Fórum. Aproximação pois o caso exemplar nos Campos Elíseos nos apresenta o condensamento dos dois pontos levantados, mas traz, com ele, assuntos capazes de contribuir com a ampliação da discussão teórica, por meio de pistas sobre formas de controle, gestão dos espaços e produção de mercados. Campo de formulação pois estes pontos de conflito, configurados em torno dos dispositivos de controle do espaço e do governo (de presença e expulsão) de suas populações, nos fornece ferramentas para a formulação (e não somente formalização dos objetos arquitetônicos que alteram o meio urbano) de projeto, por meio de metodologia do conflito, em torno da luta pelos usos e modos de acesso a esses espaços, para a compreensão da face política da produção de suas territorialidades.

Neste sentido, é importante delinear, dentro do território estudado, como estes pontos se apresentam.

O primeiro enfrentamento situa-se em relação ao papel do Estado e das políticas públicas setoriais na/da urbanização, cujas formas de financiamento e provisão se redefinem em função da sua reestruturação institucional, atribuindo novos desenhos aos conhecidos e históricos arranjos das relações entre Estado e mercado. Desenhos que ampliam e reconfiguram novas formas de atuação à própria constituição de ambos os agentes, na busca

pela implementação e operação de políticas diretamente atrelada à reestruturação político-social, que se realiza sob domínio do neoliberalismo e da financeirização.

Na produção do espaço da região dos Campos Elíseos isso se explicita e se escancara a partir da intensidade da coalização estruturada pelas PPPs que articulam o Estado (leis, financiamentos, planos e políticas sociais), agentes produtores de novos mercados (construtores, projetistas, tráfico, igreja) e agentes financeiros (bancos, fundos de pensão e de investimento), com ênfase na produção do espaço urbano a partir de planos de renovação urbana que, de forma contínua, (i) inventam e reinventam novos meios de relação há quase meio século (Renovação Urbana, 1974); (ii) se intensificaram nas duas últimas décadas (Polo Luz, 1996; Operação Tolerância Zero, 1997; Monumenta, 2002; PRIH-Luz, 2004; Operação Limpa Cracolândia, 2005; Projeto Nova Luz, 2005; Concessão Urbanística Nova Luz, 2011; Operação Integrada Centro Legal, 2012; PPP Casa Paulista, 2014; PIU/MP700, 2016); (iii) se estruturam, na última década com operações de intervenção urbana atreladas diretamente com operações de intervenção policial-militar (Operação Caronte, 2022) e (iv) ganham seu estiramento experimental (formalizado pelo concurso da nova sede do Governo do Estado de São Paulo, 2024).

Isso ilumina o caráter privatista das políticas públicas sociais, reduzidas a motores da acumulação privada nas parcerias, com o imbricamento entre incorporação imobiliária, guerra dos mercados da violência (droga, crime e venda de um “sentido” de justiça) e infraestrutura na reestruturação financeira da produção do espaço. Assim, o urbano, em sua dimensão cotidiana, se transforma cada vez mais em mercadoria, acentuando também cada vez mais a precarização das condições de reprodução da vida.

Essa reestruturação define produtos com viabilidade econômica e demandas sociais a serem satisfeitas, orientando a prática da Arquitetura e do Urbanismo como uma potente ferramenta de fomentação para a comercialização dos objetos que também constroem o espaço habitado, a partir do aumento do preço do produto imobiliário. O Estado, nesta relação e denominação de papéis, entra como parceiro direto deste recrudescimento das condições de reprodução social.

Com relação a aproximação a seu imbricamento histórico, é importante ressaltar que tais instâncias – Estado e mercado(s) – nunca estiveram separadas. Chico de Oliveira já nos fornecia as complexas relações sobrepostas em seu texto ‘Estado e o urbano’ (1982), no reconhecimento da regulamentação das relações entre capital e trabalho pelo Estado, criando, com isso, um mercado de força de trabalho para atender às demandas do que o autor chama de nova estrutura de classe criada nas cidades brasileiras, em detrimento dos agentes de direitos invisibilizados dentro da estrutura política.

Em análise feita há 40 anos, colocava na mesa as cartas ou da necessária revisão das relações entre Estado e sociedade civil, para a luta pelo direcionamento e utilização do aparelho estatal que visa um alargamento dos sistemas redistributivos para além da produção social da riqueza, ou da construção de uma organização social feita sob e a partir de outras bases.

Revisões colocadas em pautas para serem removidas, e não somente ultrapassadas, em uma alusão às infinitas camadas de proteção seletiva e privatista dos lucros, com vontade de transpor as destinações que foram dadas no passado e pelo passado.

A intensificação desta aliança, entre Estado e mercados, porém, nos apresenta uma contínua transformação de sua parceria e um novo desenho mutante, redefinindo estratégias e campos de atuação do lugar dos agentes políticos envolvidos. O desenho em constante mutação destas parcerias, que se realiza sob domínio do neoliberalismo e da financeirização da produção do espaço, amplia e reconfigura novas formas de atuação à própria constituição de ambos os agentes, mascarando e misturando seus lados e papéis de suas atuações. Desenhos estes que se impõe na desestabilização da presença do trabalho e das conquistas trabalhistas (em direção à sua aniquilação), desencadeando uma crise política e de legitimidade institucional, na moldagem de novos desejos em sujeitos-mercantis-mercadorias destituídos de direitos (recolocando, no lugar de sujeito de direitos uma ideia de usuário/cliente de serviços, serviços esses com estrutura privada e, cada vez mais, exclusiva), onde “recodifica identidades, valores e modos de vida por meio dos quais os sujeitos se representam e sobretudo realmente modificam a si próprios” (Safatle *et al*, 2020, p. 11).

Esta desestabilização se realiza como meio de monopolização do espaço e do valor produzidos, a partir da redefinição de relações de produção e de seus produtos imobiliários e urbanos, pela intensificação da exploração da força de trabalho (no canteiro e fora dele) e pela espoliação do cidadão na reprodução social. O Estado, seletivo e oligopolista, atua nesta relação, não como provedor, mas como parceiro-facilitador-regulador – solicitante, financiador, avalista, credenciador, gestor dos interesses do mercado e/ou como seu garantidor por meio de recursos públicos.

Os planos urbanos, assim, são estruturados e reestruturados como um ajuste espacial (Harvey, 2005), com a finalidade de se retomar a centralidade deste espaço, e, junto a isso, apresentam-se como centelha de representação da cotidianidade violenta que nos acomete, aqui, em normalidade francamente esgarçada. Como coloca Amélia Damiani e Ricardo Baitz no texto ‘A materialidade do espaço urbano e as abstrações concretas: a produção do espaço inteligente e a Cracolândia, atualizações da alienação social à alienação espacial’, “é a tragédia do ponto de não retorno da reprodução das relações sociais” (2018, s/p.). Centelha que se desenvolve a partir da intensificação e reinvenção da aliança entre o Estado e tantas chaves de plurais mercados. Estas parcerias se colocam como um desenho mutante que permite apontar uma situação permanente de violência na vida social, via institucionalização da crise, em constante transformação que se configura pela interação com diferentes agentes e seus respectivos interesses. Desenho este que vai abrindo braços novos para a redefinição de estratégias e campos de atuação do lugar dos agentes políticos envolvidos.

Neste sentido, imaginar uma ideia de Estado ausente em determinados territórios da cidade, como recorrentemente é apontado em discursos propagandados para justificar a terrível

manifestação de estado de guerra da região dos Campos Elíseos por exemplo, é desconsiderar as próprias relações imbricadas desta ausência-presente.

Temos, como resultado, um caráter profundamente espoliativo da sociedade que subjunta (e extingue) a reprodução social à reprodução ampliada e acelerada do capital em uma “acumulação por subordinação de todos os elementos da vida” (Dardot; Laval, 2017). Ou seja, tais relações imbricadas se desenvolvem em campos de cruzamentos, uma vez que estes campos se interrelacionam de maneira que constituem um, a história, a delineação e o transbordamento, do outro. Este movimento permite apontar uma situação permanente de violência na vida social, capaz de nos fazer questionar se estamos diante de uma reestruturação das próprias estruturas de poder.

As margens desta dinâmica dialética da presença-ausência do Estado na região dos Campos Elíseos – tão presente nas ações contínuas das operações urbanas feitas ao longo dos últimos 50 anos e tão ausente na implementação de uma melhora de vida para a população que lá habita –, nos dão base para discutir como diferentes dispositivos de poder se combinam, de formas diferenciadas conforme as circunstâncias, entre o uso da violência e o policiamento das condutas, entre ideias duais de punição e proteção, aprisionamento e algum cuidado, tendo, nas práticas socioespaciais da violência e da segurança, a sua manifestação mais nítida, e é a partir dela que se anuncia o segundo enfrentamento teórico: o alargamento da violência, capaz de transicionar o contínuo e temporal desmanche dos direitos sociais para uma exacerbada destruição que, transformada em agentes pós impeachment (Rizek, 2017), se não encobre completamente, ao menos mascara contradições históricas não menos violentas da nossa constituição no processo social vividas no país.

Uma vez que se recoloca (da herança do passado que perdura, perpassa os tempos e se reinventa) a violência – atrelada à constituição da política do extermínio, como um oportunismo de mercado, no entendimento da economia política como um serviço da garantia do asseguramento do capital, como narrativa da segurança por meio do atributo do medo – como um problema central na política, o que aparece como novo, como descreve Feltran, “é que o centro do poder político tenha se deslocado para a revisão estrutural do papel do Estado” (2023, s/p).

Isso nos força a perceber que a violência como modo de produção e reprodução capitalista é, em si, uma problemática estruturante e sistêmica da urbanização. Violência não como consequência da urbanização, mas como um processo, sempre “mediado por processos de extermínio, genocídio, migrações e mobilizações da força de trabalho e operado pelo poder estatal e suas alegorias violentas como o Exército, a burocracia e a polícia” (Petrella; Prieto, 2020, p. 546). Estrutural pois estrutura a nossa linguagem social; sistêmica pois afeta todo o nosso sistema.

Esta percepção obriga a reconhecer os limites das análises habituais em função de sua inadequação ou insuficiência frente à experiência contemporânea. Insuficiência, pois ela é, ao mesmo tempo, sistema e antissistema, em espiral de violência institucional que irradia do

topo para a base, com reverberação tanto como retorno para sua ponta, quanto para a sua volta. Neste sentido, enquanto formação histórica e ação atual, a violência não pode ser pensada como atos de exceção, mas como estrutura (Mészáros, 2009).

Temos, nos Campos Elíseos, a violência da morfologia financeira dos negócios da urbanização, por meio do estado de abandono de um lugar pelo poder público à possibilidade das pessoas empobrecidas de formas múltiplas, deslocadas do mundo do direito formal, viverem ali, que resulta na negação do direito de ir e vir, em direção a operações que buscam 'a lei e a ordem', colocando a área como um enorme enclave desconectado das dinâmicas urbanas da própria região, transformando-a em campo aberto de experimentações violentas de controle territorial.

Esta busca, propagandada pela mídia, proposta em ações partidárias dos governos municipais e estaduais vigentes e desejada por uma população recrudescida e predisposta a cancelar a própria lógica de produção da 'ordem social' e dos ordenamentos urbano – onde autoridades policiais e gestores urbanos lançam mão de uma ideia de 'terra sem lei' –, coloca a área como um enorme enclave desconectado das dinâmicas urbanas da própria região, transformando-a em campo aberto de experimentações violentas de controle territorial.

Esta estrutura poderosa de dominação, por meio das formas de controle e violência – que aumentam as desigualdades, as segregações e as expulsões de uma vida pública possível –, extravasam uma publicizada eficácia econômica e criam outras formas de persuasão, sobretudo, ao se "sustentar na sua pretensa justeza moral na realização social da liberdade" (Safatle *et al*, 2020, p. 11). Esta noção de liberdade pouco problematizada no âmbito das expressões de vida e, por consequência, no debate público, tem como fundamento as origens liberais do estatuto formal da propriedade e da noção moderna de liberdade individual como propriedade de si.

A ideia de poder por meio da propriedade não é nova (Engels, 2019) e a formação e a consolidação da noção de sujeito de direito moderno – que abstrai seus corpos e suas experiências, tratando-o como um vocacionado a ser proprietário para alcançar a participação da relação jurídica tendo, portanto, esta forma como resultado da generalização de relações sociais de trocas equivalentes de mercadorias, sendo, só depois dela titular de direitos e deveres (Marrafon, 2018) – é conhecida, porém o que encontramos atualmente é a sua exacerbação.

Como consequência a isso, vemos o franco alargamento do poder e do desenho sobre a própria ideia de propriedade, instaurando os corpos como objetos-propriedades, uma vez que a propriedade pressupõe a aniquilação do corpo, como um tornar-se um não-ser, capturados pelo mercado e pelo Estado (Preciado, 2020) com o "aprisionamento das subjetividades, nos processos atuais de despolitização, criminalização dos conflitos sociais e nas formas atuais de sofrimento psíquico" (Safatle *et al*, 2020, p. 9). Corpos que, por definição, são políticos, uma vez que eles trazem consigo a marca não só da possibilidade de inserção social, mas de contestação de valores da sociedade pautados por instâncias de poder (e que lutam para

estremecer as camadas calcificadas da desejada movimentação social) que, cada vez menos se apresenta com capacidade e desejo de regulação social e cada vez mais como agente de organização e estratégia entre o mercado e seus consumidores. Consumidores estes que continuamente são construídos, reconhecidos e valorizados como tal.

Nota-se que, nos Campos Elíseos, a partir de 2012, com intensificação nos últimos 8 anos, as operações de intervenção urbana e as operações de intervenção policial-militar começam a caminhar cada vez mais juntas, em ações de punição, correlacionando dispositivos de controle, produção dos espaços urbanos e conflitos, na articulação de formas de gestão dos espaços e a produção de mercados. Estes nexos conectados recolocam, como hipótese, as fronteiras da lei como campo de disputas, como sugere Vera Telles, no seu texto de apresentação do dossiê 'Em torno da Cracolândia Paulista' (Telles, 2017). Recolocam, pois, em 2010, Stephen Graham (2010) já demonstrava tais conexões entre os estudos do urbano e os estudos sobre controle e punição, colocando as lógicas de expansão das fronteiras urbanas dos mercados em discussão, nominando esta definição imbricada como 'urbanismo militar'.

Esta ação recoloca o próprio vocabulário da luta política (e é em torno deste poder que se travam as lutas políticas atuais), na transformação de direitos por privilégios, cidadania por participação numa "comunidade qualquer", solidariedade em filantropia, destruição social em reforma e bens públicos em interesses agregados de grupos sociais (Arantes, 2021). Nesta lógica temos o desmantelamento do sujeito como, ele em si, laboratório de formulações políticas, tratando-o como propriedade de outrem, facilmente mercantilizado (quando apresenta lucro), culpabilizado (quando convém) e, conseqüentemente, descartado (quando desnecessário).

Se a propriedade privada sobre os corpos hoje é crime, mas já foi prática social possível e aceitável, chegamos no momento em que a objetificação dos corpos e de seus desejos e pensamentos re-transformam a propriedade de nós mesmos e, esta lógica rege a própria estrutura dos direitos, que coloca, em primeira instância, o direito privado de propriedades sobreposto ao direito coletivo de ser e de se apropriar e, portanto, de produzir vida. Isso nos mostra como o direito de algo é superior ao direito de alguém, e a ausência de um mundo comum entre muitos alguéns, capazes de partilhar e de cuidar, se transformou em fio condutor do próprio papel do Estado. Papel que carece de nova redefinição estrutural, proveniente do próprio deslocamento de instância e potência democrática, que ele deve e poderia ter.

Estes dois pontos teóricos são base de aproximação e campo de formulação da experiência de projeto do Fórum. As implicações formuladas e postas pelos dois enfrentamentos teóricos acima colocados, estruturam possibilidades de leitura e são base de investigação para a possibilidade de pensarmos novas práticas de desenho e construção de metodologias no campo da atuação, ancoradas, como anunciado no começo do texto, em paradigmas outros, construído por também outras formas no campo do debate e da disputa da formulação de

pensar, repensar e recontar o passado e o presente, no vislumbamento de um dever de reconstrução urgente do, sobre e no urbano, pois “não existem margens opostas. Estamos todos na encruzilhada” (Preciado, 2020, p. 30).

Encruzilhada encontrada na própria condução de se pensar e repensar a prática do projeto. Se era conhecido o recorte sobre pensar possíveis formulações de uma reterritorialização da práxis política (Negri; Guattari, 2017) – não como um retorno à universalização (reconhecendo a universalização como um produto da manutenção do privilégio branco, europeu, masculino, heteronormativo), mas como uma nova construção que parte das condições da existência de múltiplos corpos, quando atrelados às lutas comunitárias de liberdade, diálogo e desejos comuns, como instrumentos que pensam, fazem e constroem o território – o ponto de desconhecimento e, portanto, de inflexão, está em como alcançar este adentramento. Ou seja: como conseguir dados-base para tais aproximações. Aproximações que, se conduzidas pela própria experiência territorial no campo do projeto – histórica, prática, reflexiva e teórica – poderiam iluminar campos cegos da própria prática projetual, na contribuição da formulação crítica e da extensão das formas usuais de pensamento vigentes que, mesmo permanecendo necessárias, não se mostram mais suficientes.

Entre formulações e formalizações, o que nos cabe é mergulharmos no âmago do problema em direção às ações de confluência, mesmo que os fluxos encontrados não sejam os desejados de outros tempos. Confluência capazes de transbordar as energias desta paralisia disciplinar, na luta pela explosão do represamento das construções de vida, uma vez que a convergência – como um fluxo que busca um mesmo ponto e, por isso, finito e represado (e já entendemos quem estrutura e lucra com tal represamento) – das superficialidades das práticas formais arquitetônicas vigentes nos levou a uma crise, sem precedentes no nosso campo.

Nos tempos atuais – difíceis e facilmente evocados e atrelados a uma ideia de fim – reconhece-se, dentro da luz, na Luz, que a possibilidade de mergulharmos neste poço sem fundo, pode ser uma possível salvação.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES – NÃO FINAIS – COMO MEIO

Há um elo entre os polos dos campos de fim e meio, como se houvesse uma lógica entre o enunciado e a enunciação, entre o que passou e o que passa, entre a causa e a consequência, algo entre o real e o que esconde-se por trás da aparência, entre não só a centralidade do pensamento abstrato e a concretude das ações práticas, mas entre as próprias limitações abstrato-concretas, onde o enunciado aparece como a concretização de um momento em meio a um processo, e o enunciador é um sujeito em duplo desequilíbrio com sua própria produção, para que não esqueçamos que não há reação sem ação e não há forças de ordem, postas com racionalidade de controle definido, que não venha, junto, a inversões de sentido, em movimentos de contracondutas.

Não há luta para sobreviver sem enxergar a própria ideia de vida, pois os enfrentamentos vividos geram um campo de experiência inscrita no próprio movimento da produção da ordem social e urbana.

A ideia de movimento, de transição e do próprio termo condutas (e sua contraposição contracondutas) é uma boa chave para nós. Foucault (2008) descreve conduta como uma série de procedimentos e técnicas que funcionam para orientar a condução de um conjunto de indivíduos, mas também uma maneira como nos deixamos conduzir, sob o efeito do ato condutivo. A justaposição ao 'contra' acaba por apontar e afirmar uma ideia de conduta outra, de significação política, em oposição (agora sim) aos resultados de dados imutáveis da natureza do mundo. É como se, a ele, fosse colocado o papel de submeter a todos a uma ideia de paralisia em relação aos desejos de produção de outras formas de relação social e, por consequência, a uma lógica de utilidade vinculada a uma ideia de conservação de bens morais e econômicos. Para isso, tudo que se apresenta como excessivo, que transborda e explode alguma lógica de prazer e de vida, é rigorosamente banido. Temos como resultado uma forma definida sob a ótica da dominação e da punição, porém a partir do entendimento desta borda (e a nossa atual é a violência urbana), compreendendo-a como um espaço em disputa, é que se pode pensar de modo a transcender a sua própria forma.

Entre a noção de sobrevivência como projeto e estopins de construção de devires, pode brotar uma ideia de reversão. Rever o que foi feito e o que pode ser feito. Revelar a crise de existência e a urgência do novo, como caminho a percorrer e a construir. Construir meios de olhar e de propor. Aqui, como chave dialética de fechamento e de abertura, entra a pesquisa de algumas experiências de métodos e teorias de projeto, que visam a busca de formulações de bases de metodologias para o campo da atuação, não como uma formulação solucionadora, mas como fórmulas em transição e mutante reconfiguração, no sentido da exposição de um fato que organiza possíveis atos-reativos, entendidas como ferramenta de raciocínio projetual.

Esta compreensão de análise de reconfiguração – comparativa, relativa a outras práticas e formativa, via prática-praticada – nos permite debater sobre pautas que buscam reinventar novos e necessários sentidos. No livro o 'Ensaio sobre a Cegueira', Saramago (1995) coloca em sua epígrafe, na sua primeira página, ainda sem número, a frase "Se pode olhar, vê. Se podes ver, repara" [Livro dos Conselhos] e nela podemos achar algumas pistas: não basta, ou não se trata (apenas) de reparar no significado das coisas, mas também nas suas significâncias, sendo elas a conquista da reparação do que foi perdido, arrancado, mutilado.

Importante reconhecer que a cidade não é apenas uma superfície onde conflitos acontecem, mas onde o próprio território da produção do mercado (e de sua expansão), as suas formas de controle e poder, os campos dos agenciamentos socio urbanos, as práticas sociais e os conflitos inscritos nas formas de produção e gestão produzem o espaço. Neste sentido é que podemos aprender com esta produção, na medida em que este articula diferentes estratégias de produção de mercado, mas também de resistência, realizada a partir da intensificação de conflitos sociais, enunciado na contradição entre a reprodução do capital e a reprodução da

vida. Tendo o espaço como assunto, esta contradição reconhecida pode contribuir para o apontamento de novas estratégias de resistência e de ações no campo da luta social.

Por isso mesmo, o papel do projeto, mais que o de responsabilidade social, precisa ser constantemente revisado. Revisá-lo significa compreender as questões em constante mutação no mundo, vale dizer, entre outros aspectos – como se organiza a produção da vida material, os desafios urbanos postos em cada momento e a formatação do Estado, como resposta a estas dinâmicas. O enfrentamento crítico do projeto em sua dimensão emancipatória, passa, necessariamente, pela aproximação com as dinâmicas do cotidiano e seus agentes, onde operam os arranjos de vida nas condições de expulsão – de territorialização, de reterritorialização e de desterritorialização – para que possamos, frente às questões reais pungentes, propor novas tarefas de forma outra para o projeto, utilizando a própria condição urbana e social encontrada e vivida como matriz de pensamento e proposição.

Por aqui seguimos, caminhando na tentativa de construir outros debates que coloquem em pauta o projeto necessário, pela invenção criativa, generosa e acolhedora de novos territórios e afetuosos desejos, na aposta do projeto como meio, enquanto potência e intencionalidade de ação emancipatória que ele pode e deve ter.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia; ARANTES, Paulo. **Sentido da formação:** Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lucio Costa. São Paulo: [s.n], 2021. ePUB.

ARANTES, Paulo. **Esquerda e direita no espelho das ONGs.** [recurso eletrônico] São Paulo: [s.n], 2021. ePUB.

COELHO, Marcio. **Processos de intervenção urbana:** bairro da Luz, São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2010.

DAMIANI, Amélia; BAITZ, Ricardo. A materialidade do espaço urbano e as abstrações concretas: a produção do espaço inteligente e a Cracolândia, atualizações da alienação social à alienação espacial. **Trabalho apresentando no 56º Congresso Internacional de Americanistas** (ICA), Salamanca, 2018.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **Comum:** ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Boitempo. 2019.

FELTRAN, Gabriel. **Lula ainda não despertou para a contrarrevolução dos jagunços**. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/03/lula-ainda-nao-despertou-para-a-contrarrevolucao-dos-jaguncos.shtml>. Acesso em junho 2024.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GATTI, Simone. **Entre a permanência e o deslocamento. ZEIS 3 como instrumento para a manutenção da população de baixa renda em áreas centrais. O caso da ZEIS 3 C 016 (Sé) inserida no perímetro do Projeto Nova Luz**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2015.

GRAHAM, S. **Cities under siege: the new military urbanism**. London/New York: Verso, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

JAMESON, Fredric. O tijolo e o balão: arquitetura, idealismo e especulação imobiliária. In:

JAMESON, Fredric. **A Cultura do dinheiro. Ensaios sobre a globalização**. Tradução de Maria Elisa Cevasco e Marcos César de Paula Soares. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001. p. 173-206.

JOSÉ, Beatriz Kara. **A popularização do centro de São Paulo**: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2010.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Editora Centauri, 2009.

MAGALHÃES, T. **Campos de disputa e gestão de espaços urbanos: o caso da cracolândia paulista**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2015.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília

Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único.**

Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000.

MARQUES, Rosa; NAKATANI, Paulo. A finança capitalista: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Salvador: **Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia** [Proceedings of the 36th Brazilian Economics Meeting]. 2008.

MARRAFON, Marco. A construção do sujeito de direito moderno: Descartes e a tríplice mediação da subjetividade. Curitiba: Constituição, Economia e Desenvolvimento. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**. v. 10, n. 19. 2018.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples- cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Edipro, 2015.

MARX, Karl. Theses on Feuerbach. In **Selected Whiting**. Indianópolis Hackett Publishing Company, 1994.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MIGNOLO, Walter. **Historias locais/disenos globales**: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal. 2003.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos regionais**. (Online), Recife, v.18, n.3, p. 363-377, Set.-Dez. 2016.

NEGRI, Antonio; GUATTARI, Felix. **As verdades nômades**: por novos espaços de liberdade. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Política, 2017.

OLIVEIRA, Francisco. **O estado e o urbano**. São Paulo: Espaço & Debates, 1982.

PAOLI, Maria Célia. **Sujeitos políticos na formação social brasileira**. São Carlos: Edufscar, 2023.

PETRELLA, Guilherme. **A fronteira infernal da renovação urbana em São Paulo: região da Luz no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2023.

PETRELLA, Guilherme; PRIETO, Gustavo. Os fantasmas se divertem: propriedade privada, expropriação e interdição ao direito à cidade. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 01, 2020, p. 562-590.

PRECIADO, Paul. **Um apartamento em Urano**: Crônicas da travessia. São Paulo: Editora Zahar, 2020.

RANCIÈN, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2005.

RIZEK, Cibele. **Trabalho, desigualdade, dominação, escravidão**. São Carlos: IAI/USP, 2017.

ROLNIK, Raquel *et al.* **Cidade Estado capital**: reestruturação e resistência em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 2018.

SAFATLE, V.; SILVA JR, N.; DUNKER, C. (orgs) **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a Cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a Lucidez**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra. 2009.

SOUZA, Felipe. **A batalha pelo centro de São Paulo: Santa Efigênia, Concessão Urbanística e Projeto Nova Luz**. São Paulo: Editora Paulo-s, 2011.

TELLES, Vera. Em torno da Cracolândia Paulista: apresentação. **Ponto Urbe** [Online], 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/3602>. Acesso em: fevereiro 2024.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexos a partir do Rio de Janeiro. **XIV Encontro nacional da Anpur** (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional). 2011.